



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 394/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00345- PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"- CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita acesso a cópia do edital do concurso, para o qual houve a admissão da servidora Sra. [REDACTED], no cargo de Agente Técnico e Administrativo, admitido pelo regime jurídico da CLT. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 394/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e recurso o órgão informou ao requerente que o Parecer CJ/CEETEPS nº 88 /2021 foi elaborado pela Consultoria Jurídica do órgão em resposta ao questionamento sobre os procedimentos a serem adotados no Sistema de Informações ao Cidadão - SIC, do CEETESP, em virtude das demandas protocoladas pelo Senhor [REDACTED]. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instada a se manifestar o órgão enviou a cópia solicitada. Cientificada, a solicitante não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).
4. Considerando que o ente atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202205722A